

CAMPO DE CRUZES: DITADURA E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO DA AMAZÔNIA EM CINZAS DO NORTE

CRUZES FIELD: DICTATORSHIP AND CHANGES IN THE AMAZON SPACE IN CINZAS DO NORTE

Lucas Lima Moura 1

Resumo: *Cinzas do Norte* (2005), de Milton Hatoum, é narrado em perspectiva memorialista e conta a estória de Mundo e suas relações conflituosas com os pais e as políticas desenvolvidas pelos governos militares na capital do Amazonas. Com efeito, o presente artigo analisa se os arbítrios contidos nos projetos de desenvolvimento para a região Amazônica no período da Ditadura Civil Militar, intervieram nas mudanças urbanísticas da cidade de Manaus; e se a utilização dos conceitos da toponálise, são relevantes no estudo da composição desta obra literária. Deste modo, utiliza-se como suporte teórico as contribuições de Bertha K. Becker (2001), Daniel Aarão Reis (2010) e Oziris Borges Filho (2008). Ademais, constata-se que as políticas intervencionistas do regime militar transformaram sobremaneira os ambientes urbanos na Amazônia e o romance ao localizar seu enredo em Manaus, possibilita que o estudo do espaço possa ser aplicado na perspectiva analítica da obra.

Palavras-chave: Amazônia. Cinzas do Norte. Milton Hatoum. Espaço.

Abstract: *Cinzas do Norte* (2005), by Milton Hatoum, is narrated in a memorialistic perspective and tells the story of Mundo and its conflicting relations with parents and the policies developed by military governments in the capital of Amazonas. In effect, this article analyzes whether the arbitrations contained in development projects for the Amazon region during the Military Civil Dictatorship, intervened in the urban changes in the city of Manaus; and if the use of the concepts of toponalysis, are relevant in the study of the composition of this literary work. In this way, the contributions of Bertha K. Becker (2001), Daniel Aarão Reis (2010) and Oziris Borges Filho (2008) are used as theoretical support. In addition, it appears that the interventionist policies of the military regime have greatly transformed urban environments in the Amazon and the novel by locating its plot in Manaus, allows the study of space to be applied in the work's analytical perspective.

Keywords: Amazon. Northern Ashes. Milton Hatoum. Space.

Introdução

Cinzas do Norte, de Milton Hatoum, foi publicado em 2005, sendo o terceiro romance do autor. É um romance ambientado em Manaus, capital do estado do Amazonas, e se desenvolve entre as décadas de 1960 e 1980. A obra, narrada em perspectiva memorialista por Lavo, órfão criado pela tia, conta a vida atribulada de seu amigo Mundo e sua conturbada relação com o pai, o rico comerciante de Juta, Trajano Mattoso, desde sua infância até à vida adulta, principalmente por conta da vocação artística de Mundo.

Além disso, *Cinzas do Norte* (2005) também narra as relações conflituosas dele com sua mãe Alicia, com Ranulfo, tio de Olavo, e Arana, artista a quem Mundo tinha como conselheiro e professor. Percebe-se um sentimento de resistência e edificado confronto, representado por Mundo, tanto na maneira de lidar com o pai como na sua reação às políticas intervencionistas do governo militar.

Assim sendo, neste trabalho objetiva-se fazer uma discussão, por meio do romance, sobre os arbítrios contidos nos projetos de desenvolvimento para a região Amazônica, levados a efeito pelos governos ao longo do século XX, especificamente no período da Ditadura Civil Militar; e seus desdobramentos na ocupação dessa região do Brasil que provocou um intenso processo migratório, e por conseguinte, transformações sociais que não levaram em consideração a população local tradicional e nem tinham preocupações com o meio ambiente.

Para tanto, analisaremos detidamente a passagem de *Cinzas do Norte* (2005) em que o governo interventor de Manaus, chefiado pelo coronel Aquiles Zanda, desloca moradores, que antes ocupavam o Rio Negro em flutuantes, para um bairro denominado *Novo Eldorado*, demonstrando as contradições dessa mudança e a resistência representada pela instalação artística elaborada por Mundo, que via nessa obra a materialização de toda a truculência do regime militar.

Em seguida, utilizando conceitos da topoanálise, demonstra-se no estudo, a relevância do espaço na composição desta obra literária, tendo como exemplos a proeminência da cidade de Manaus no enredo do romance de Milton Hatoum e como o bairro *Novo Eldorado* é a representação de um território em disputa, pois é lá que se dá a concretude do conflito, sobre que projeto de desenvolvimento é o mais adequado para a capital do estado do Amazonas e para a Amazônia brasileira.

Arbítrios na Amazônia

“Sabes onde eles estão? Perguntou Mundo. Eles quem? Os moradores da beira do rio” (HATOUM, 2005, p. 144). Mundo o protagonista de *Cinzas do Norte* (2005), pergunta à Lavo o narrador sobre a remoção forçada dos habitantes ribeirinhos para um novo bairro distante da cidade, chamado *Novo Eldorado*, primeira grande obra do prefeito interventor, coronel Aquiles Zanda. O bairro representa um novo modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia brasileira e em suas grandes cidades como era o caso de Manaus. Um modelo que tinha como parâmetro a implementação de grandes construções, pouco atentas às questões ambientais, e não levava em consideração a relação histórica dos moradores com o seu espaço de vivência, fossem dos centros urbanos, ribeirinhos ou povos indígenas.

A saber, Bertha K. Becker (2001, p. 136-137) diz que com a modernização do aparelho estatal, a região amazônica, passa a ser objeto estratégico na política econômica do estado nacional, o que acelerou sua ocupação a partir de uma visão absolutamente externa. Primeiro, edificou-se um planejamento das ações entre os anos de 1930 a 1960, o que correspondeu a implementação do Estado Novo de Getúlio Vargas e consolidou-se no governo de Juscelino Kubitschek, com o início da construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. “Duas grandes pinças contornando a fimbria da floresta” (BECKER, 2001, p. 137). A partir dessas intervenções a região sofre um crescimento populacional de 1 para 5 milhões de habitantes entre 1950-1960.

Portanto, com a decisão do governo central em interligar a região amazônica, por meio de grandes rodovias, uma lógica de desenvolvimento passa a ganhar notoriedade entre os moradores que migraram para a região e também entre os habitantes locais. A convicção de que

a floresta e o modo de viver de sua população mais tradicional, representava um entrave para a modernização da região. Bertha Becker (2001, p. 137) afirma que para a edificação desse novo alicerce de desenvolvimento, foi criada a partir da ocupação do espaço, uma malha de controle técnico e político, cuja intenção era ter a centralidade das informações, controle de fluxos e estoques, tudo isso desde as cidades. Essa malha programada, na definição da autora, foi implementada entre 1965-1985, período da Ditadura Civil Militar.

Para que esses projetos tivessem êxito, tornava-se imperativo o uso de uma política que desconsiderasse o meio ambiente e não desse atenção aos anseios dos moradores tradicionais da região, uma visão unilateral dos governos e das classes locais mais abastadas. Veja-se, nesse excerto, o que pensava Trajano Matoso no romance de Hatoum: “Disse que dava muito trabalho plantar a civilização na Vila Amazônia. ‘Tive que reconstruir tudo o tempo todo’. A Amazônia não dá descanso” (HATOUM, 2005, p. 144). A visão do empresário, compreendendo que viver na Amazônia, significa estar numa cruzada constante entre a civilização e a barbárie, fazia do alvedrio dos governantes e seus sequazes, a única fonte de verdade, e não importava que suas decisões resultassem em sequelas consideráveis na vida dos habitantes dos locais mais vulneráveis; eles e todos os seus conhecimentos eram ignorados não importando se ali matinha há tempos uma relação socioeconômica mais harmoniosa com a região.

Por conseguinte, a implementação de uma visão desenvolvimentista, a qual não se levava em conta a opinião contrária, só poderia ser concretizada dentro de uma situação de restrição dos direitos de cidadania. E a Ditadura Civil Militar fora então a oportunidade apropriada para que os planos do governo central pudessem ser estabelecidos sem grandes resistências. Embora os militares estivessem na liderança do regime, é relevante evocar que sem a participação entusiasta de parcelas volumosas da população civil os empreendimentos não teriam logrado êxito.

O historiador Daniel Aarão Reis (2010, p. 174), elenca três exemplos definidores da participação civil no regime pós 1964. Primeiro, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em que milhares de pessoas saíram às ruas das grandes cidades brasileiras, em apoio aos militares, entre março e setembro de 1964; segundo, a popularidade do general Garrastazu Médici, que chefiou a ditadura no auge dos anos de chumbo; terceiro, as significantes votações recebidas pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação dos militares, inclusive nas eleições de 1978. O livro apresenta esse acordo:

Aquele grandalhão ali é o Albino Palha... amigo e conselheiro de meu pai. Exporta Juta, castanha e borracha. Se dependesse dele, exportaria até os empregados da Vila Amazônia. Palha é um solteirão... se derrete todo na frente dos militares. Olha como bajula os caras. Só falta pentear o bigode do mais alto, o coronel Zanda, que Jano vive dizendo que é o preferido do Comando Militar da Amazônia (HATOUM, 2005, p. 46).

O fragmento apresenta a relação pessoal dos empresários civis com os militares. Todos em busca de ganhos financeiros que não levavam em consideração a população empobrecida e impactada pelos empreendimentos, nem à violência cometida contra os opositores da ditadura. Sem a participação dos não militares, como demonstrou o historiador Daniel Aarão Reis, o regime não teria chegado ao poder nem ficado tantos anos.

Cesar Souza (2015, p. 06) define “quando a racionalidade econômica é colocada no centro da problemática [...] os sujeitos que vivenciam as transformações ocasionadas pelos empreendimentos são metamorfoseados em “efeito colateral”. Logo, os interesses econômicos se sobrepujam a qualquer relação ancestral dos povos atingidos pelos empreendimentos. Assim, para o capital, representado pelos acordos entre os militares e os empresários civis, não havia interesse no modo de vida dos locais nem se os impactos pudessem significar a morte e o desterro para muitos moradores, a busca pelo lucro e a apropriação de espaços, cada vez maiores da floresta era sempre o objetivo.

Outrossim, a lógica de ocupação com uma visão unilateral trouxe problemas profundos

que podem ser identificados nos dias atuais, principalmente a questão agrária e a ocupação sem planejamento dos centros urbanos. Becker (2001, p. 141) afirma que a “implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, teve efeitos extremamente perversos”. A ocupação da Amazônia foi vista como a salvação para um lugar inóspito, como se toda uma população tradicional não existisse há tempos nas florestas e rios dessa parte do Brasil.

Por certo, o mais inquietante desse processo foi a falta de atenção para as demandas que ecoavam das comunidades tradicionais, que em todo o processo de ocupação foram ignoradas, e seu modo de vida, baseado no extrativismo, foi bruscamente desconsiderado e substituído por um modelo, abalizado na busca de uma industrialização redentora do atraso amazônica. Observe-se no excerto do romance: “o coronel Zanda emergiu de um círculo de oficiais, cruzou a sala e interrompeu o discurso de Heródoto com firmeza: “o senhor tem razão, o decreto do finado marechal vai atrair muitas indústrias para Manaus” (HATOUM, 2005, p. 46).

O decreto a qual se refere o coronel Zanda é o 288 que alterou e regulamentou a lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 do governo de Juscelino Kubistchek, que criou a Zona Franca de Manaus cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento econômico da região e ocasionou importantes mudanças para a Amazônia:

Outra mudança importante é a da economia, que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização, com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus, que foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista tradicional. Há problemas na Zona Franca, mas hoje ela é grande produtora não só de bens de consumo duráveis, como da indústria de duas rodas, de telefonia e mesmo de biotecnologia (BECKER, 2001, p. 73).

As indústrias esperadas pelo coronel Zanda chegaram à Manaus e trouxeram uma lógica diferenciada para a economia local, tendo como importância primordial os incentivos fiscais garantidos pelos governos nas esferas federal e estadual, para o estabelecimento de empresas de capital nacional e internacional, assim como provocou o interesse de milhares de moradores da região, que se deslocaram para a capital do Amazonas em busca de emprego; por conseguinte, mudanças desordenadas se deram no espaço da cidade e mais obras como o *Novo Eldorado de Cinzas do Norte* (2005), moldaram a geografia urbana e florestal deslocando para lugares longínquos, os moradores tradicionais que viviam próximos dos rios e igarapés, desse modo, ressalta-se que sem a implantação da Ditadura Civil Militar boa parte das grandes obras implantadas na Amazônia não teriam sido efetivadas.

O Novo Eldorado de miséria

A opção dos governos militares em construir grandes obras na Amazônia tinha como objetivo ocupar espaços hipoteticamente inóspitos, e, por conseguinte, ativar a economia da região que vivia sem grandes rendimentos. Contudo, essa escolha trazia consigo problemas ambientais, habitacionais e sociais, principalmente em grandes cidades como Manaus, essa situação identificamos no fragmento do romance em análise:

Atrás do palácio do Governo uma mancha escura se movia lentamente nas margens do rio. Urubus, dezenas, bicavam dejetos deixados pela vazante. Um cacho de asas abriu um clarão, e no meio apareceram homens e crianças maltrapilhos (HATOUM, 2005, p. 143).

A paisagem representada evidencia uma condição de pobreza extrema a permear os espaços urbanos da cidade cuja miséria era uma marca indelével provocada pela desigualdade aguda existente. O desenvolvimento não incluía essas pessoas, algo comum em todo o processo histórico de construção das grandes cidades brasileiras e em especial as da Amazônia.

Ademais, a capital do Amazonas, historicamente sofreu com surtos de crescimento ocasionados por mudanças econômicas. Souza (2017, p. 08) afirma que no período entre 1870 e 1910 não menos de 500 mil imigrantes, vindos do Nordeste, foram para o Amazonas no auge da fabricação da borracha oriunda dos seringais do Norte; e, com o declínio dessa atividade, muitos foram para Manaus em busca de melhores condições de vida, essa situação acarretou mudanças urbanísticas, pois, levou essa população para locais distantes das áreas nobres da cidade.

Logo, os moradores sem condições de habitar em locais mais salubres, são levados a ocupar espaços antes de matas e igarapés. De acordo com Souza (2017, p. 09-10) na zona central da cidade sete igarapés são aterrados e pontes feitas de aço são construídas abrindo novos eixos de expansão urbana. E duas formas de ocupação passam a ganhar a preferência dos moradores ao longo do Rio Negro; as palafitas ainda incipientes, e principalmente as ocupações flutuantes. Esses flutuantes recebem principalmente as massas desocupadas dos seringais que não encontravam espaço formal na cidade. Entretanto, ressalta-se que essas moradias não estavam excluídas geograficamente de áreas mais nobres, se encontravam próximas dos pontos centrais de Manaus.

Sobre a exclusão das camadas populares Lefebvre (2016, p. 26) se referindo aos subúrbios, diz que eles foram criados para responder ao êxodo de camponeses que chegavam para os grandes centros, na lógica capitalista, uma forma de melhor acomodá-los, contudo, na verdade, criou-se um processo de segregação para essas pessoas, pois, as moradias localizavam-se distante das benesses arquitetônicas e sanitárias das áreas mais nobres.

No caso de Manaus, segundo Souza (2017, p. 11), e de outras cidades com as mesmas características na Amazônia, o fato dos rios e igarapés serem espaço importantes, moradias acabavam se inserindo em bairros próximos de zonas consideradas relevantes e muitos habitantes acabavam procurando edificar residências nessas localidades.

O bairro flutuante que foi sendo construído em Manaus, ao longo de décadas do século XX chegou a ter nos anos 1960 mais de 12 mil moradores. Porquanto, com a implantação da Zona Franca de Manaus os espaços urbanos da cidade sofreram alterações e essas moradias foram impactadas. Souza corrobora:

O desmantelamento da cidade flutuante se deu sob a promessa de construção de conjuntos habitacionais, nunca cumprida. Os moradores se espalharam pelos novos loteamentos irregulares construídos na região norte e pelas palafitas nas margens dos igarapés centrais que desde o início do século XX já existiam de forma dispersa (SOUZA, 2017, p. 12).

Desse modo, muitas pessoas foram deslocadas de suas residências com a promessa que estavam deixando um local, cujas circunstâncias não obedeciam aos parâmetros de saneamento e salubridade necessários. Por conseguinte, o poder público, construiria conjuntos habitacionais que permitiria uma melhor subsistência dessas pessoas, contudo, como representado em *Cinzas do Norte* (2005) com a construção do bairro *Novo Eldorado*, muitos desses locais não tinham a mínima condição para uma habitação digna e não levavam em consideração a relação dos moradores com o Rio; porção significativa sobreviviam da pesca e de outras práticas laborais relacionadas a essa atividade artesanal.

A localização dos conjuntos também era outro fator de desgaste para os atingidos, pois, muitos eram construídos em zonas distantes que impediam a continuidade das atividades exercidas antes do deslocamento forçado. Logo, a vida dos moradores se transformava para pior, tinham que deixar toda uma história para sobreviver em locais desconhecidos. A personagem

Mundo no romance apresenta uma situação dessas: “A família do Cará também foi transferida. Antes do último treinamento ele me levou para conhecer a casinha e o novo bairro” (HATOUM, 2005, p. 144).

Mundo expressa tristeza com as mudanças que estavam ocorrendo, pessoas eram retiradas para locais inferiores as moradias da beira do Rio Negro, casebres minúsculos, que foram edificados devastando a floresta local sem nenhum tipo de contrição por parte dos agentes construtores, as personagens, Lavo e Mundo, continuam: “Era o conjunto habitacional que estavam construído? O novo Eldorado? É, vais ver que lindo Eldorado. Nem Fogo ia querer morar lá” (HATOUM, 2005, p. 145). Fogo era o cão de estimação do Jano, pai de Mundo. Essa afirmativa evidencia a situação precária do conjunto e a falta de sensibilidade com os direitos humanos e ambientais dos habitantes do bairro flutuante.

Campo de Cruzes e a representação do espaço na narrativa

O deslocamento compulsório para o bairro *Novo Eldorado*, acarreta revolta em Mundo e destaca a truculência do regime militar, aprofundando uma maneira autoritária de desenvolvimento para a Amazônia, abalizada pelo desrespeito ambiental, e por nenhuma estima às populações tradicionais. O protagonista encontra em sua arte a melhor forma de protestar contra aquilo que considerava um grave crime cometido pelas autoridades. Observe-se:

Mundo tirou o papel do bolso e mostrou o desenho: queria espetar uma cruz de madeira queimada diante de cada casinha do Novo Eldorado; ao todo, oitenta cruces. Depois ia pendurar trapos pretos nos galhos da seringueira no meio do descampado... “A ideia é queimar também o tronco da árvore” acrescentou. Mundo contou que no internato tinha pesadelos com a paisagem calcinada: a floresta devastada ao norte de Manaus. Visitara as casinhas inacabadas do Novo Eldorado, andara pelas ruas enlameadas. Casinhas sem fossa, um fedor medonho. Os moradores reclamavam: tinham que pagar para morar mal longe do centro, longe de tudo [...]. Queriam voltar para perto do rio. Alguns haviam trazido canoas, remos, malhadeiras, arpões” (HATOUM, 2005, p. 147-148).

Sobre a opção de enfrentar o regime por meio de uma instalação artística dentro do novo bairro, Penalva e Agrela (2016, p. 07), dizem que o projeto Campo de Cruzes denota a concepção de arte que Mundo considerava a mais relevante; uma arte de contestação e revolta que deveria expressar a realidade denunciando toda repressão aguçada pelos militares governantes, no caso em análise, o Coronel Aquiles Zanda. Entretanto, essa visão é contestada por Arana, artista que fora mentor de Mundo, mas que já não acreditava nessa possibilidade de enfrentamento:

“Sei que esse bairro é um crime urbano”, disse Arana. “Mas é a primeira grande obra do Zanda. [...] um tronco queimado com um monte de cruces [...] Isso não é arte, não é nada” (HATOUM, 2005, p. 148).

Arana não percebia a arte na perspectiva de Mundo; o artista, mesmo compreendendo os crimes cometidos, já vivia de fazer uma arte comercial vendendo imagens exóticas da Amazônia para turistas e políticos que ajudavam a devastar as florestas, dessa maneira, ajudava a disseminar uma visão enganosa sobre a região e seus habitantes.

Por certo, essas duas possibilidades do fazer artístico, representam em *Cinzas do Norte* (2005), os modelos também antagônicos de desenvolvimento que perduram até os dias atuais. Um embate constante que tem proporcionado devastação e total desrespeito ao conhecimen-

to histórico das populações tradicionais, que buscam apenas a sobrevivência em meio a disputa dos modelos de ocupação do espaço, que ao longo das décadas é patrocinado pelo estado nacional que deveria protegê-los. Com efeito, Lavo demonstra que a repressão contra Mundo e sua obra veio rapidamente:

No dia seguinte bem cedo fui ao Novo Eldorado. O Campo de Cruzes havia sido destruído pela polícia na tarde do feriado. A visão das ruínas acentuava a tristeza do lugar. Cruzes de madeira crestadas cobriam um descampado; o tronco da seringueira fora abatido, as raízes arrancadas; galhos secos espetados em trapos queimados pareciam carcaças carbonizadas (HATOUM, 2005, p. 148).

A reação atroz da polícia contra a instalação, denota uma intransigência típica dos regimes autoritários, entretanto, esse tipo de conduta tornou-se uma prática contumaz na implantação de grandes projetos na Amazônia, Romani, Souza e Nunes (2014, p.181), citando o caso da construção da Transamazônica (BR 230), afirmam que essa obra tornara-se um espaço de uma série de conflitos, por não levar em consideração os interesses dos ribeirinhos e indígenas, bem como dos novos moradores oriundos de outras regiões do país; conflitos que geravam insatisfação e provocavam demandas que não eram atendidas ou permaneciam continuamente reprimidas pelas autoridades.

Portanto, a conduta autoritária não permitiria que se colocasse em suspeição os desígnios dos comandos, e Mundo ao desafiar essa assertiva imposta teve sua obra destruída e fora perseguido, junto com Ranulfo, seu associado na empreitada artística, por Zanda e seus seguidores. E à população do *Novo Eldorado* restava conviver em condições desumanas de saneamento, sem ao menos terem o direito de objetar-se da situação.

Ademais, no romance, percebemos a função do espaço ficcional na configuração das personagens, e Mundo é a representação mais pujante dessa assertiva, pois toda a sua compreensão das iniquidades cometidas pelos governantes tem ligação intrínseca com as mudanças que o seu ambiente sofre. Além disso, Borges Filho (2008, p. 01), ao falar da topoanálise¹ diz que as inferências sociológicas, filosóficas, estruturais fazem parte de uma interpretação do espaço da obra literária. Logo, a instalação Campo de Cruzes, em *Cinzas do Norte* (2005), é um amalgama das condições precárias vivenciadas pelos moradores do bairro com a percepção de Mundo sobre o contexto histórico que ele vivia.

A construção desse enredo realista, cujo objetivo é trazer para a estória uma verossimilhança de acontecimentos e situações históricas, leva-nos a perceber, por meio da indignação de Mundo, que o desrespeito conferido aos moradores se fazia semelhante com o meio ambiente local. Ressaltamos que situar o enredo em Manaus, vai além de apenas estabelecer geograficamente o romance, traz a possibilidade de constataremos o quão violento, o período representado, foi para a história de nosso país.

Dessa forma, Manaus e o bairro *Novo Eldorado* são o microespaço² de um panorama de conflitos existentes na Amazônia. E sobre a análise dessa composição, Borges Filho (2008, p. 05) estabelece que “os espaços criados pelo homem” e modificados por sua cultura e vivência, no âmbito da topoanálise, deve ser definida como cenário. Ao se fazer um inventário dos espaços que podem ser: “a casa e seus cômodos, a rua, os meios de transporte, a escola, a biblioteca, o labirinto, os cafés, o cinema, o metrô, a igreja, a cabana, o carro, o prédio, etc.” é preciso mensurar o quanto cada local tem de valor e influencia para a construção da narrativa.

E, em *Cinzas do Norte* (2005), as descrições do bairro são relevantes para compreendermos as reações das personagens com relação ao lugar que foram obrigados a se estabelecer. Lavo relata a indignação de um morador: “Reclamou do *Novo Eldorado*: faltava água e luz, o banheiro não tinha fossa, os moradores jogavam o lixo perto da mata” (HATOUM, 2005,

1 Estudo do espaço na obra literária.

2 Segundo BORGES FILHO (2008) são os espaços internos de um Macroespaço. No caso em estudo, um bairro da cidade de Manaus que é parte da Amazônia Brasileira.

p. 148). A condição degradante e a revolta do morador demarcam o alcance que o espaço provoca na condição psicológica da personagem, portanto, edificando uma possibilidade analítica por meio da definição de território. “No conceito de território temos a possibilidade de análise das relações de poder na obra literária. O cenário ou a natureza transformar-se-ão em território quando houver uma disputa” (BORGES FILHO, 2008, p. 01). O autor se refere a uma disputa pela ocupação e a posse do território, para tanto é necessário dimensionar a dinâmica da formação desse espaço e quais interesses estão em contenda.

Com o Campo de Cruzes, Mundo procurou difundir, por meio de sua arte, as condições nefastas as quais os moradores deslocados estavam submetidos e por viverem sob a escassez de bens materiais, pouco podiam fazer contra a imposição dos representantes do poder estatal. A resistência da personagem evidencia a disputa de poder e de visão do processo de desenvolvimento dentro daquele microespaço, mas que pode ser compreendido como uma metonímia das disputas de poder maiores existentes na Amazônia brasileira.

Considerações Finais

Dessarte, compreende-se que o romance *Cinzas do Norte* (2005) é uma construção ficcional que representa a contento os modelos de desenvolvimento historicamente postos na Amazônia; o que Becker (2001, p. 141) definiu como endógeno e exógeno, ou seja, um modelo que leva em consideração as especificidades regionais e culturais e outro que impõe uma visão forasteira que desemboca em devastação e conflitos agrários e ambientais. A visão exógena fora levada ao limite, sobretudo, na Ditadura Civil Militar, com a abertura de estradas que consigo traziam madeiras, exploração de recursos minerais e ameaças constantes aos territórios indígenas.

E na obra, com a construção do bairro *Novo Eldorado*, percebemos que essa visão também fora refletida no processo de desenvolvimento dos espaços urbanos. A transferência compulsória para conjuntos habitacionais, cujas condições eram mais degradantes que as moradias anteriores, estabelece como prioridade superação a todo custo do “atraso” amazônida, sem levar em consideração as relações históricas e culturais dos moradores, bem como a falta de deferência com os rios e as florestas.

Por fim, *Cinzas do Norte* (2005), ao localizar seu enredo em Manaus, abre possibilidade relevante para que a topoanálise possa ser aplicada na perspectiva crítica da obra. Pois percebemos que os espaços representados ajudam, como diz Borges Filho (2008, p. 01), a situar as personagens no “contexto histórico e psicológico em que vivem”. Com efeito, cenários são construídos e os microespaços configurados na obra, demonstram as disputas pelos territórios na Amazônia em pleno regime militar, e também as resistências resultantes dos desmandos edificados pelos governos do período.

Referências

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias estratégicas - número 12 - setembro 2001. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper05.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2018.

FILHO, Oziris Borges. **Espaço e literatura**: introdução à topoanálise. XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008 USP – São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simpósios/pdf/067/OZIRIS_FILHO.pdf. Acesso em: 05 de dez. de 2019.

HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. 5ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Cristina C. Oliveira. 1ª Ed. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

PENALVA, Lorena de Carvalho Penalva; AGRELA Rodrigo Vieira Ávila de. **Identificações culturais**

na (da) Amazônia brasileira: o olhar artístico das personagens Raimundo, Arana e Trajano Matoso, do romance *Cinzas do Norte*, de Milton Hatoum. *MEMENTO - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso Mestrado em Letras - UNINCOR* - ISSN 1807-9717V. 07, N. 1 (janeiro-junho de 2016). Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/2568>. Acesso em: 26 de set. de 2019.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação.** *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v23n45/a08v2345.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2019.

ROMANI, Carlo; SOUZA, CÉSAR Martins de; NUNES, Francivaldo Alves. **Conflitos, fronteiras e territorialidades em três diferentes projetos de colonização na Amazônia.** *Tempos Históricos*, Volume 18, 2º Semestre de 2014, p. 164-190 ISSN 1517-4689 (versão impressa), 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/11610/8276. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

SOUZA, César Martins de. **Apresentação - colonização e desenvolvimentismo na Amazônia:** grandes projetos, sociedade e meio ambiente. *Ano 8, Vol XV, Número 2, Jul-Dez, 2015*, Pág. 5-8. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/educamazonia/index>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SOUZA, Roberto Fontes de. **Economia e produção do espaço urbano precário:** um olhar para o processo de urbanização da cidade de Manaus. XVII ENANPUR. Sessões temática 7. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.7/ST%207.7-02.pdf. Acesso em 06 dez. 2019.

Recebido em 29 de março de 2020.
Aceito em 13 de julho de 2020.